ANEXO I

REQUERIMENTO DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS PERANTE A RFB

Requerente:
Nome/Razão Social: _____
Tipo de inscrição: ( )CNPJ ( )CPF **Nº de Inscrição:** _____
Inscrição auxiliar: ( )CEI ( )CAEPF ( )CNO ( )NIT **Nº de Inscrição:** _____

Representante Legal/procurador (preencher se necessário)**:**
Nome:_____**Nº CPF:** _____

Contato:
Telefone: (__) _____ **Nome:** _____

REQUERIMENTO:

O sujeito passivo acima identificado requer, perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), o **parcelamento dos débitos discriminados** conforme os seguintes parâmetros:

Modalidade (marque apenas uma opção)**: Quantidade de parcelas** [ex: 36 (trinta e seis)]	
( ) Simplificado	____ (_____).
( ) Ordinário	( ) Quantidade máxima de parcelas (até 60x).

* Base legal: Instrução Normativa RFB nº 2.063, de 27 de janeiro de 2022.

TERMO DE ACORDO E CIÊNCIA:

O requerente declara estar ciente das seguintes condições, com as quais concorda expressamente:

- ☑ deverá ser apresentado **pagamento da 1ª (primeira) parcela juntamente a este pedido,** sob pena de indeferimento do parcelamento;
- ☑ todas as **comunicações e notificações** relacionadas ao serviço serão enviadas por meio do **Portal e-CAC**, acessível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/receitafederal>, em:
  - >> Caixa Postal; ou
  - >> Processos Digitais (e-Processo) >> Comunicados e Intimações;

☑ deve acessar periodicamente o **Portal e-CAC** para **acompanhamento** da situação do parcelamento;

☑ o presente requerimento de parcelamento importa em **confissão irretratável da dívida** e configura confissão extrajudicial, nos termos dos arts. 389, 394 e 395 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 **-** Código do Processo Civil;

☑ o parcelamento será **rescindido** em caso de **falta de pagamento** de 3 (três) prestações, consecutivas ou não; ou de até 2 (duas) prestações, caso todas as demais estejam pagas ou a última prestação do parcelamento esteja vencida.

Local e Data: _____

Assinatura: _____

Nome de quem assina: _____

DISCRIMINATIVO DOS DÉBITOS A SEREM PARCELADOS:

*É possível verificar a lista de processos e débitos que podem ser parcelados no Relatório Fiscal.

A) **Débitos controlados em processos** (um processo agrupa a dívida de vários tributos e período de apuração/competência).
Exemplos: Processo 12345.xxxxxx/2021-xx ou Debcad 37.xxx.xxx-x

Relacionar abaixo nº Processo ou DEBCAD (ex: 12345.400123/2021-00; 12345.400124/2021-99; 15.123.456-7; 17.345.678-9)

B) **Débitos não controlados em processos** (a dívida ainda está individualizada por tributo e período de apuração/competência).

Código de receita do tributo	Período de apuração ou competência	Data de vencimento	Valor originário (sem juros ou multa)

*Caso necessite de mais linhas, utilizar mais cópias desse demonstrativo.

Local e Data: _____

Assinatura: _____

Nome de quem assina: _____

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:

A) **Documentos obrigatórios:**

1. Requerimento de parcelamento;

2. Discriminativo dos débitos a serem parcelados, devidamente preenchido;

3. Autorização para Débito em Conta de Prestações de Parcelamento (Anexo IV); e

4. Pagamento da 1ª prestação, de acordo com o montante confessado e o prazo pretendido.

Deverá ser:

I - apresentado **um pagamento para cada pedido** de parcelamento; e

II - informado, como período de apuração, **01/01/1980**, caso o pagamento ocorra em Darf.

IMPORTANTE: Considera-se sem efeito o requerimento de parcelamento sem o pagamento tempestivo da 1ª (primeira) parcela.

B) **Demais documentos** (conforme o caso específico).

Empresas

1. Documento de constituição da pessoa jurídica ou equiparada, com as respectivas alterações que permitam identificar os responsáveis por sua gestão;

2. Documento de identificação do responsável pela empresa;

3. Procuração, se for o caso; e

4. Documento de identificação do procurador, se for o caso.

Pessoas Físicas

1. Documento de identificação;

2. Procuração, se for o caso; e

3. Documento de identificação do procurador, se for o caso.

No caso de espólio

Documento de identificação do inventariante, do titular de empresa individual, ou, se sociedade, do representante legal indicado no ato constitutivo ou do procurador legalmente habilitado, se for o caso.

Débitos objeto de discussão judicial

Comprovação do pedido de desistência de ações judiciais e da renúncia às alegações de direito, devidamente protocolado.